

O QUE SE PASSA COM A TARIFA DOS LIXOS?

De repente, e, sem que se soubesse o Conselho de Administração da Esposende Ambiente, Empresa Municipal detida a 100% pela Câmara Municipal de Esposende, decidiu unilateralmente, sobrecarregar os Municípios do Concelho de Esposende - os que não estão ligados à rede de água - com uma nova tarifa, a denominada Tarifa de Resíduos Sólidos, vulgarmente conhecida como tarifa do "lixo".

E, unilateralmente, decidiu a Câmara Municipal, a sua maioria, que o valor mensal dessa tarifa seria de 5 euros, isto é, 15 euros por trimestre.

Estando o Partido Socialista de acordo com o princípio de que todos devem contribuir, pagando um serviço que é prestado pelo Município, não podemos deixar de concordar com as, até agora, dezenas de pessoas que se nos dirigiram, esgrimindo argumentos contra um aumento brutal, e, sobretudo injusto porque não é equitativo ou semelhante ao que pagam os cerca de 18 mil clientes de Água da Esposende Ambiente.

Como é possível, que quem consuma entre 0 e 20 m³ de água pague 3 euros de tarifa de "Lixos", e que quem nenhuma água gaste, tenha de pagar 5 euros mensais?

Que critérios foram usados para a aprovação desta nova Tarifa?

Que tipo de habitação é que não está ligada à rede de água? Não serão, maioritariamente, casas antigas, casas de emigrantes que apenas são utilizadas em 2 ou 3 meses por ano?

Não serão casas de pessoas idosas, com poucos recursos, que provavelmente, optarão pela isenção desta tarifa em troca de uma "chouriçada/ dançante"?

João Nunes Silva

Parque Natural do Litoral Norte

ESTUDO DEFENDE ALARGAMENTO ATÉ AO RIO MINHO

A Sociedade Portuguesa de Vida Selvagem defende, num estudo realizado no âmbito do projecto Valimar Natura, o alargamento do PNLN para norte, até à foz do Rio Minho.

Tornado público no passado dia 1 de Agosto, este estudo apresenta três cenários possíveis: manutenção da situação actual, sem alargamento; alargamento, fazendo coincidir os novos limites com o Sítio Litoral Norte (uma estreita faixa de terreno junto ao mar, integrada na rede Natura 2000); ou alargamento do PNLN, com redefinição dos seus limites. Para a equipa que o elaborou não faz sentido manter a situação actual devendo ser considerado, pelo menos, o alargamento até à foz do rio Lima.

Face aos valores naturais identificados (p. ex. o sistema dunar da amorosa, o segmento montedor-gelfa ou a mata do camarido) a opção que faz mais sentido, de acordo com as conclusões apresentadas, passa pela redefinição dos limites do Sítio Litoral Norte, com a inclusão de terrenos envolventes (coincidindo com espaços de Reserva Agrícola e Reserva Ecológica Nacional) e excluindo os espaços entretanto urbanizados. Também é defendida a inclusão da área marinha adjacente, à semelhança do que se passa ao largo do concelho de Esposende, de forma a garantir a continuidade espacial do Parque Natural.

LITORAL EM MUDANÇA?

O LANÇAMENTO DO PROGRAMA POLIS DO LITORAL NORTE E A APROVAÇÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE PROMETEM MUDAR A FACE DA FRENTE MARÍTIMA DO CONCELHO DE ESPOSENDE. SERÁ DESTA?

EDITORIAL

Num mundo em que a face visível da actividade política local se limita a meia dúzia de sound bytes e a breves referências na imprensa, a edição de uma publicação periódica afigurou-se-nos como um imperativo. Não só porque sentimos a necessidade de estabelecer um diálogo directo com os nossos concidadãos, mitigando a mediação do discurso político, mas também porque pretendemos desenvolver uma acção sustentada na participação informada de todos os interessados.

POLITICA 4740 é, por conseguinte, um espaço aberto, disponível para receber os contributos não só daqueles que se identificam com o ideário do socialismo democrático, mas também de todos os que pretendam debater de forma serena e construtiva aspectos de política local, regional e nacional.

Para o primeiro número escolhemos publicar um conjunto de artigos e notas sobre o litoral

esposendense. Fazemo-lo pela actualidade do tema que decorre da recente aprovação em Conselho de Ministros do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Norte e do muito que se tem dito e escrito a esse propósito algumas vezes sem o cuidado elementar de colocar esta questão no contexto apropriado, que é o da defesa do importantíssimo património natural existente no Concelho. Publicamos também uma breve entrevista com António Vassalo de Abreu, Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca, marinhense de origem e um político bem colocado para lançar um olhar em perspectiva sobre Esposende e o futuro das comunidades intermunicipais.

A par de outras notícias e do fundamental espaço de opinião, POLITICA 4740 procura, assim, cumprir o seu propósito. Cabe às leitoras e aos leitores julgarem-na.

ficha técnica

POLITICA 4740

Número 1. Agosto de 2008

Periodicidade: TRIMESTRAL

Coordenação: João Nunes Silva.

Edição do Secretariado da Secção de Esposende do Partido Socialista: Adriana Brochado Novo, Armando Marques Henriques, Aurora Hipólito Silva, Filipa Borges, João Nunes Silva, José Felgueiras, José Gonçalo Cunha, José Losa Esteves, Manuel Enes Abreu, Marisa Gonçalves e Tiago Saleiro.

Fotografias: Adriana Brochado Novo e Manuel Enes Abreu.

Créditos de imagens: Arquivo de A. Vassalo de Abreu (páginas 3 e 5); Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (mapa páginas centrais, www.icnb.pt) e Oliphant/The Role of The Media (ilustração página 15).

Impressão: Graficamares, L.da.

Tiragem: 1000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Depósito Legal n.º 280805/08



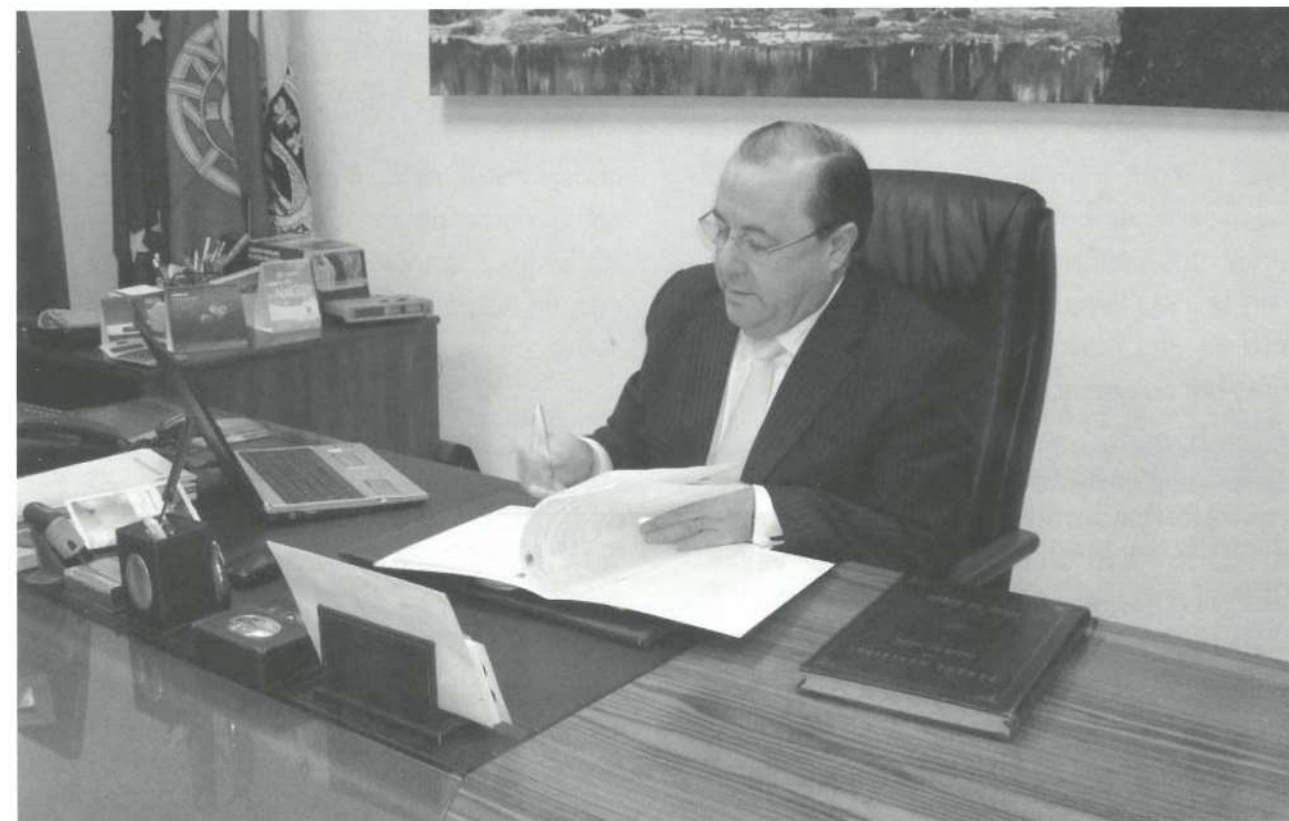
PS/Esposende - Rua Rodrigues Faria, n.º 12,
4740-288 Esposende.

POLITICA 4740 NA INTERNET

Além da publicação em suporte de papel, POLITICA 4740 está disponível na Internet. Sob a forma de blog, acessível através do endereço politica4740.blogspot.com, disponibilizará o conteúdo da revista e informação actualizada regularmente. Esse espaço servirá também para publicar contributos (textos e/ou imagens) que os leitores queiram enviar. Para isso poderão utilizar o e-mail politica4740@gmail.com.

ENTREVISTA

“EM DEMOCRACIA A ALTERNÂNCIA POLÍTICA É SEMPRE BEM VINDA”



ANTÓNIO VASSALO DE ABREU nasceu na freguesia de Marinhãs, concelho de Esposende, em 18 de Junho de 1950. Ex-atleta federado de futebol, tendo jogado na equipa da sua terra natal, preside à Câmara Municipal de Ponte da Barca desde Outubro de 2005, depois de ter liderado uma mudança do quadro político autárquico barquense.

Como é que um Marinhense dá por si a presidir à Câmara Municipal de Ponte da Barca?

A vida dá muitas voltas. Com 18 anos, sai das Marinhãs para iniciar a minha carreira profissional na Direcção Geral de Impostos, em Paredes de Coura. Nesse concelho do Alto Minho, onde casei, exerci uma grande actividade cívica e dei os primeiros passos na política, ainda antes do 25 de Abril, mais concretamente desde 1969. Em Janeiro de 1985 fui chefiar a Repartição de Finanças de Ponte da Barca onde me mantive até 1997.

Ainda em 1985 tive a oportunidade de vir chefiar o Serviço de Finanças de Esposende, mas acabei por ficar por Ponte da Barca. Fui viver depois para Braga onde fui colocado como Chefe de Finanças, mas mantive sempre uma forte ligação a Ponte da Barca, onde passava os fins de semana. Em 2001 fui desafiado pelos meus amigos Rui Soalheiro e Jorge Coelho para presidir à comissão política do PS, partido de que sou militante e a candidatar-me à Câmara Municipal de Ponte da Barca, um concelho onde o PSD teve sempre uma grande hegemonia. Ora, não sendo eu natural de Ponte

da Barca, não vivendo em Ponte da Barca, já lá não exercendo funções profissionais, nem lá ter um único familiar, imaginem a minha missão! Apesar disso acabei por não ser eleito por uma pequena percentagem de votos. Até eu acabei por ficar surpreendido com um tão bom resultado!

Em 2005 e até em função dos resultados de 2001 o próprio eleitorado acreditou que a mudança era possível. Nessa altura já eu tinha voltado a residir em Ponte da Barca já que fui exercer a minha actividade profissional para Arcos de Valdevez. E assim dei comigo a presidir à Câmara de Ponte da Barca, uma terra de que muito gosto e que me adoptou como um dos seus.

Conseguiu conquistar a Câmara Municipal a outra força partidária. No nosso sistema partidário isso acontece poucas vezes. Qual foi o segredo?

O segredo esteve no facto de termos feito, durante 4 anos, uma oposição séria e a sério, ao executivo liderado pelo PSD, que se mantinha no poder praticamente desde o 25 de Abril, como referi. Essa oposição foi apreciada pela maioria do eleitorado porque não era oposição do chamado “bota abaixo”. Apresentamos sempre propostas alternativas quando não estávamos de acordo com a maioria e isso fez com que tivesse-mos ganho a simpatia maioritária do eleitorado barquense. Tivemos também o apoio do CDS que, tal como nós, sentia haver necessidade de ser criada uma alternativa à hegemonia do PSD. Mas sobretudo considero ter sido uma questão de credibilidade da equipa que lidero.

Quais são os principais projectos que esta a executar em Ponte da Barca?

Ponte da Barca é um concelho quase do Litoral, mas com muitas características de interioridade. Com inserção de metade do seu território no Parque Nacional da Peneda-Gerês, Ponte da Barca é ainda um concelho

com múltiplas carências aos mais variados níveis. Com uma população de pouco mais de 13.000 habitantes, numa área de 182 Km² e 25 freguesias tem cerca de 20% da população com mais de 65 anos! Definimos, por isso, desde o início, a Acção Social como primeira prioridade. Ao fim de pouco mais de metade do mandato a nossa opção reflecte-se já, no apoio à construção de infra estruturas de que o concelho estava carenciado tais como dois lares, uma creche e um centro de dia, bem como obras de melhoria em mais outro lar. Instituí-mos ainda o chamado cartão vida e as oficinas de lazer, de que beneficiam mais de 1000 idosos.

“Gostaria que (Esposende) potenciase mais a sua ligação ao mar e, já agora, que houvesse uma mudança política.”

A Educação é outra das prioridades e avançamos a criação de dois novos centros escolares, bem como o apoio ao ensino profissional.

Outra grande aposta é no turismo, procurando potenciar toda a área do Parque Nacional da Peneda Gerês através do turismo do ambiente, turismo rural etc.

Vamos avançar com um museu da electricidade (o concelho tem um grande historial na produção de energia hídrica). Estamos ainda a fazer a promoção do concelho através do chamado turismo cultural, centrada, essencialmente na figura de dois grandes vultos nascidos em Ponte da Barca, o navegador Fernão de Magalhães e o poeta Diogo Bernardes.

Como perspectiva o futuro da Valimar?

A Valimar, enquanto associação de Municípios vai manter-se apenas para fins específicos já



Guarda-Redes do FC Marinhães na juventude

que, com a nova lei, o futuro do associativismo municipal e a contratualização passam pelas associações ao Nível das NUT, s 3, o que em Viana do Castelo corresponde ao Distrito.

Esposende integra a Valimar. Vivendo fora do concelho de Esposende, como vê a evolução da sua terra natal, nos últimos anos?

Apesar de viver fora de Esposende há muitos anos, sempre mantive uma forte ligação à minha freguesia e ao meu concelho, onde residem a minha mãe e uma grande maioria dos meus familiares e onde tenho muitos amigos. Esposende tem o benefício de ser um município à beira mar e nós sabemos o que isso representa no contexto nacional.

No que concerne à integração de Esposende na Valimar, pessoalmente sempre entendi que era uma associação contra natura, já que o seu espaço natural é a NUT do Cavado.

Uma associação com fins específicos só dos municípios da frente marítima compreende-se. Aliás, o regresso de Esposende à NUT do Cavado veio mostrar isso mesmo.

Como aspecto mais positivo do que tem sido

feito e independentemente da opção partidária, dou os parabéns à Câmara e aos diversos presidentes por não terem deixado, em termos urbanísticos, que Esposende se degradasse. Como aspecto menos positivo entendo que a questão da frente marítima deveria ter merecido uma melhor atenção, já que, a quem está de fora, dá a sensação de que, nos mais das vezes mais do que tentar resolver o problema, este tem servido como arma de arremesso na luta político partidária.

O que gostaria que fosse feito no concelho de Esposende?

Primeiro que mantenha a linha de não deixar que os interesses imobiliários degradem o concelho. Depois gostaria que Esposende se assumisse como um centro de atracção do mar e que não se deixasse ultrapassar pelos concelhos limítrofes. Gostaria que potenciase mais a sua ligação ao mar e, já agora, que houvesse uma mudança política. Em Democracia a alternância é sempre bem vinda. Gostaria de ver alguém do meu partido ter a oportunidade de presidir aos destinos do meu concelho.

Governo aprova Plano de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Norte

SATISFEITAS REIVINDICAÇÕES DOS PESCADORES LOCAIS

Com algumas alterações relativamente à versão que foi colocada em discussão foi aprovado o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Norte. As zonas marítima e estuarina viram a sua regulamentação reformulada de modo a permitir a salvaguarda da pesca tradicional.

O Conselho de Ministros aprovou, no passado dia 15 de Maio de 2008, o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Norte (POPNLN), pondo termo ao respectivo processo de discussão e elaboração. Embora ainda não tenha sido publicado em Diário da República, o Relatório de Ponderação da Discussão Pública (disponível em www.icnb.pt) permite identificar o sentido de algumas alterações que se verificam face ao regulamento que foi apresentado publicamente em Julho de 2007. Questão controversa, que motivou uma sucessão de reuniões entre vários intervenientes locais e distritais, a interdição da pesca comercial e apanha, numa área considerável da área marítima e estuarina do PNLN, punha em causa a subsistência das comunidades locais de pescadores. A solução encontrada não é a proposta pelos subscritores de uma participação que circulou entre a população, embora o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) tenha alterado o regime restritivo inicialmente proposto, no sentido de procurar um desfecho que levasse àquela proposta. De facto, a comunidade piscatória pretendia que aquelas restrições não se aplicassem a embarcações registadas no concelho de Esposende. Contudo, a criação de um regime de excepção para as embarcações locais carece de uma base legal, desde logo porque violaria o princípio constitucional da igualdade e as normas de livre concorrência. Assim, de

acordo com o Relatório de Ponderação, a alternativa encontrada foi " (interditar) a pesca comercial por embarcações de pesca do largo e por embarcações de pesca costeira na área do PNLN" o que, terá como efeito prático interditar a pesca por parte de embarcações não registadas em Esposende.

Ancoradouro na marginal de Fão pode avançar

A proibição de instalar novos portos e marinas de recreio, no troço do rio Cávado integrado no PNLN, fez temer pela viabilidade da construção de um ancoradouro na Avenida Marginal de Fão, obra de reconhecido interesse para esta freguesia. Contudo, a interdição de construir portos e marinas não impede a realização daquela obra, uma vez que a construção de fundeadouros (ancoradouros) não é proibida. O que fica interdito é a instalação de marinas, uma vez que a definição de marina, para este efeito, pressupõe uma componente imobiliária. Ora, é este aspecto que o plano de ordenamento visa acautelar, evitando que a colocação de equipamentos para a acostagem de embarcações justifique o aumento da construção de habitação e serviços conexos na orla do rio.

Área terrestre com poucas alterações

Onde o POPNLN não sofreu alterações de fundo, relativamente ao texto colocado em discussão pública, foi quanto à disciplina



normativa da área terrestre. Organizado em dois grandes grupos de áreas sujeitas a regimes de protecção, consoante a importância dos valores naturais em presença, vai de um regime mais restritivo (áreas de protecção parcial do tipo I e II) a um regime mais permissivo (áreas de protecção complementar do tipo I e II), excluindo os perímetros urbanos de qualquer regime de protecção (ver mapa anexo). Enquanto, por exemplo, nas áreas de protecção parcial do tipo I não serão permitidas quaisquer construções, excepto aquelas que estejam previstas no Plano de Ordenamento da Área Costeira Caminha Espinho (essencialmente pequenos equipamentos de apoio à actividade balnear), já nas áreas de protecção complementar do tipo II será permitida a reconstrução e ampliação de habitações já existentes, embora limitadas em termos de volumetria.

Zonas especiais justificam intervenção específica

Uma das particularidades do POPNLN é a consagração de áreas de intervenção específica. Trata-se de criar um quadro regulatório para zonas com características especiais que justificam uma disciplina particular visando a

sua recuperação e reabilitação. São elas S. Bartolomeu do Mar, o núcleo turístico de Ofir, o caniçal de Apúlia, as depressões húmidas intradunares (localizadas na parte norte do PNLN), a mata dunar de pinheiro e folhosas, o pinhal de Ofir/Restinga e Pedrinhas/Cedobém.

Dragados sem solução à vista

A gestão dos dragados resultantes do desassoreamento da doca de pesca e da marina de recreio ficou dificultada com a aprovação do POPNLN. Desde a sua construção destas infra-estruturas que se foram acumulando sedimentos nos respectivos fundos, ao ponto de colocar em causa a operacionalidade destas infra-estruturas, razão pela qual está prevista a realização de trabalhos de remoção destes fundos. No entanto, é necessário destinar um local para a sua deposição. E é aqui que as coisas se complicam, uma vez que a deslocação e deposição dos dragados será sempre muito dispendiosa, atendendo a que a entrada em vigor do Plano de Ordenamento parece inviabilizar a sua deposição na área de Parque Natural. A solução defendida por alguns técnicos - a sua remoção para aterro ou transporte para o alto mar - é e tal forma dispendiosa que a torna impraticável.

DA APPLE AO PNLN

O Parque Natural do Litoral Norte (PNLN) tem a sua origem na Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende (APPLE) que foi instituída em 1987, pelo Decreto-Lei nº 357/87, de 17 de Novembro. A proposta partiu da Assembleia Municipal de Esposende que propôs a classificação como Área Protegida de toda a costa compreendida entre Apúlia e a Foz do Neiva. Esta iniciativa, tal como explica o texto preambular daquele Decreto-Lei, visou salvaguardar este importante ecossistema, com cerca de 16 Km de extensão, de diversas agressões, nomeadamente de loteamentos clandestinos, "urbanismo" desordenado e da extracção de areias dunares.

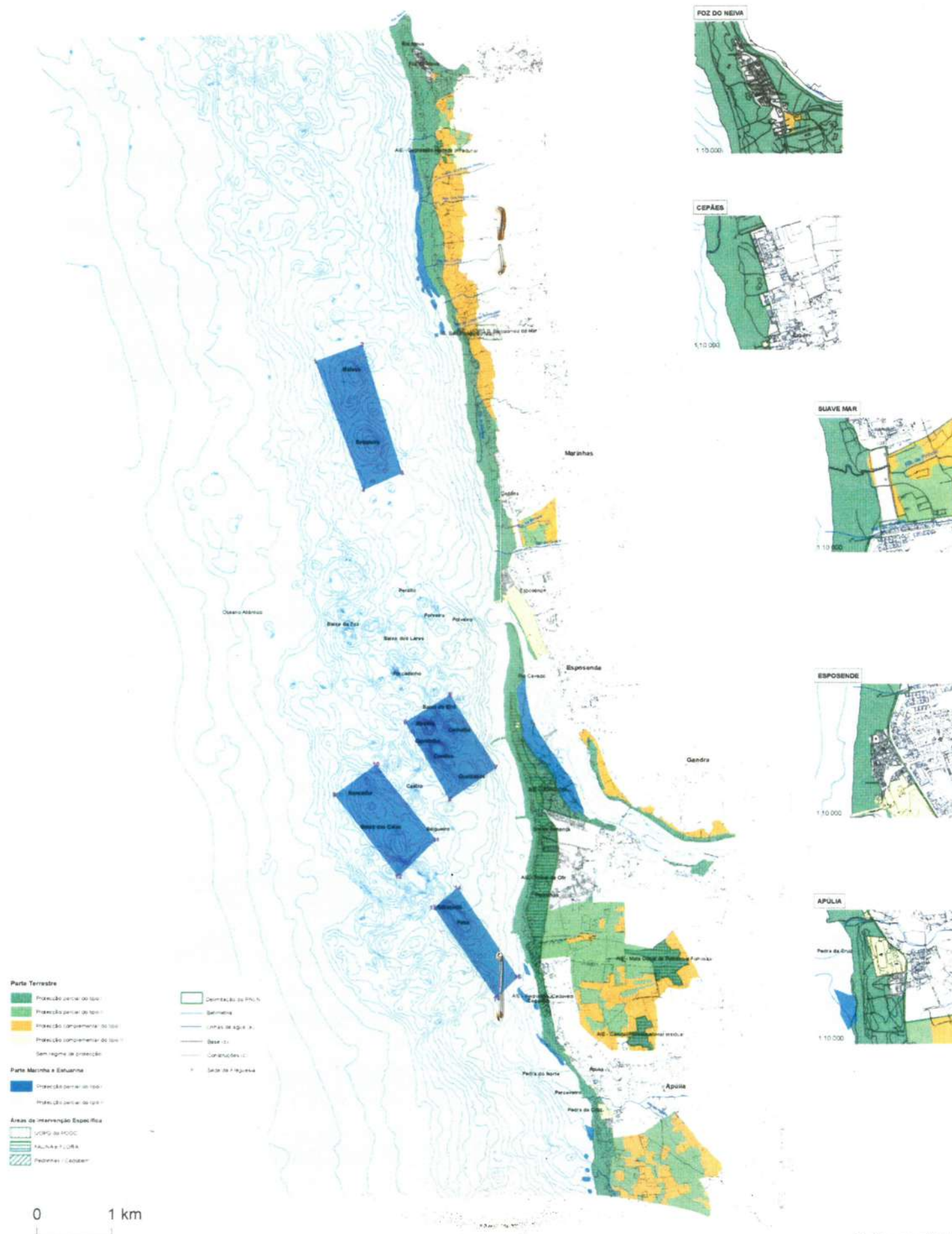
Em 5 de Julho de 2000, o Conselho de Ministros cria o Sítio "Litoral Norte", através da Resolução n.º 76/00, classificando a área abrangida pela APPLE em Sítio de Importância Comunitária. Esta qualificação viria a ser adoptada pela Comunidade Europeia em 29 de Dezembro de 2004, data da publicação no seu Jornal Oficial. Foi um passo decisivo para a transformação da Área de Paisagem Protegida em Parque Natural e o reconhecimento da singularidade daquela parte do litoral.

Este processo viria a culminar com a reclassificação da APPLE em PNLN, através do Decreto Regulamentar n.º 6/2005, de 21 de Junho, tendo também sido alterados os respectivos limites, que foram alargados nas zonas terrestres e passaram a incluir as áreas estuarinas e marinhas adjacentes.

O QUE É O PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE?

O Parque Natural do Litoral Norte (PNLN) é uma área protegida de interesse nacional. Esta classificação resulta da necessidade de garantir a conservação do cordão litoral e dos seus elementos naturais, físicos, estéticos e culturais, com particular destaque para a preservação do cordão dunar, uma das condições indispensáveis para a fixação de uma linha de costa e para o combate à erosão costeira.

Situado na costa litoral, entre a foz do rio Neiva e a zona de "masseiras" da freguesia de Apúlia, o PNLN integra uma área 7653 ha de área marinha e 1237 ha de área terrestre, totalmente inserida na área administrativa do Concelho de Esposende, abrangendo



Fonte: www.icnb.pt

parte das freguesias de Antas, Belinho, Mar, Marinhas, Esposende, Gandra, Fão e Apúlia. A área marinha é caracterizada pela ocorrência de inúmeros baixios (p. ex. Cavalos de Fão) e por uma profundidade média considerada baixa (a profundidade máxima não ultrapassa os 50 metros). Rica em recursos vivos marinhos e possuidora de características geológicas singulares, esta zona de mar foi, ao longo dos anos, objecto de uma exploração intensa, razão pela qual a comunidade científica vem defendendo a adopção de medidas de fomento à biodiversidade marinha e de recuperação e fomento de espécies exploradas comercialmente.

A área terrestre é constituída, essencialmente, por praias de mar e de rio (Neiva e Cávado), aos quais se associam recifes, dunas primárias e secundárias (com largura variável entre 50 e 300m), o cabedelo do rio Cávado, lagunas costeiras, zonas de pinhal, algumas manchas de carvalho e ainda campos agrícolas. As inúmeras ribeiras existentes e os rios Cávado e Neiva desempenham um papel muito importante na dinâmica destas zonas, tanto de um ponto de vista ecológico, como do ponto de vista da sua exploração económica.

O QUE É O PLANO DE ORDENAMENTO DO PNLN?

O Plano de Ordenamento do Parque Natural é um instrumento de gestão territorial, de natureza regulamentar, que vincula tanto as entidades públicas como os particulares.

Todos os Parques Nacionais, Reservas Naturais, Parques Naturais e Áreas de Paisagem Protegida, por se tratarem de áreas protegidas de interesse nacional, estão obrigados a dispor de um Plano de Ordenamento onde seja definida a política de salvaguarda e conservação daqueles territórios. Partindo dos valores naturais e patrimoniais em presença é estabelecida uma hierarquia entre eles e regulamentados os usos do solo e áreas fluviais e marítimas (se as houver) e as condições de alteração dos mesmos.

O actual governo definiu como uma prioridade da sua política de ambiente o cumprimento desta obrigação. Actualmente os processos de elaboração dos planos de ordenamento estão concluídos faltando apenas, em alguns casos, como no do PNLN, a publicação no Diário da República.



Polis do Litoral Norte

GOVERNO E AUTARQUIAS AVANÇAM PARA A REQUALIFICAÇÃO DA FRENTE MARÍTIMA

A Operação Integrada de Requalificação e Valorização do Litoral Norte, mais conhecida por Polis Litoral Norte, vai finalmente avançar depois de aprovada pelos municípios de Caminha, Esposende e Viana do Castelo e pelo governo.

Trata-se de um investimento global que ronda os 90 milhões de euros, financiado por fundos comunitários oriundos do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional) e pela subscrição do capital social da sociedade anónima Polis Litoral Norte S A, de capitais exclusivamente públicos, no montante de 26.100.000 € (vinte e seis milhões e cem mil euros).

Deste capital, 53% (13.833.000,00 €) será subscrito pelo Estado Português no acto da constituição da sociedade, cabendo ao Município de Caminha 11,2% (2.923.200,00 €) do capital, a Esposende 15% (3.915.000,00 €) e a Viana do Castelo 20,8% (5.428.800,00 €), devendo as autarquias pagar as respectivas participações em seis prestações semestrais.

O modelo seguido, que não difere muito daquele que foi adoptado pelos Polis da primeira geração, que permitiram a revitalização e recuperação de algumas cidades de média dimensão,

como Viana do Castelo, passa por dotar esta sociedade de um conjunto de instrumentos administrativos que permitem agilizar procedimentos, nomeadamente em matéria de expropriações, e da protecção, desocupação, demolição e defesa administrativa da posse de terrenos e instalações que lhe sejam afectos.

A direcção e coordenação do Polis do Litoral Norte ficarão a cargo da Parque EXPO 98, S. A. que, para esse efeito, receberá 4.550.000,00 € (quatro milhões, quinhentos e cinquenta mil euros).

Tendo como horizonte temporal 31 de Março de 2013, data para a qual se prevê a conclusão dos trabalhos e para a dissolução da sociedade, o Polis do Litoral Norte prevê a realização de várias acções prioritárias de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas do Litoral. No concelho de Esposende está prevista, para além das intervenções gerais de reabilitação costeira, a requalificação da frente marítima de S. Bartolomeu do Mar e Pedrinhas/Cedobém, bem como a construção de uma ciclo via litoral, que deverá atravessar todos os concelhos abrangidos pelo programa.



Ecosistema em risco de degradação irreversível

PORQUE É QUE NÃO SE DEVE CONSTRUIR NOS PINHAIS E DUNAS?

A pressão demográfica e a apetência turística da zona costeira levaram à massificação da construção no litoral, invadindo áreas ecologicamente sensíveis, com especial destaque para os locais adjacentes às praias. Este fenómeno, que foi constituído nas décadas de 1970/80 num autêntico “modelo de desenvolvimento”, serviu de mote à criação de uma dinâmica sócio-económica própria, que prevaleceu até aos nossos dias e tem servido de justificação para a destruição de valores naturais importantes. Indiferentes às consequências, diversos agentes económicos, muitas vezes com o apoio das autoridades administrativas, vão pressionando no sentido de obter a permissão para a construção e a exploração comercial de lugares que, atendendo às suas características, deveriam ser salvaguardados. Os efeitos desta intrusão destrutiva não se sentirão no futuro. São uma realidade de hoje, em que já se gasta mais dinheiro a emendar erros do passado recente do que a valorizar o meio ambiente. E este autêntico desperdício de recursos públicos vai aumentar com o passar dos anos. Ao fim e ao cabo, andamos todos a pagar os lucros, com pesados juros, daqueles que exploraram este filão.

A construção nos pinhais e na orla das zonas dunares é, nesta questão, paradigmático.

Nos finais do Século XIX foi incentivada, em toda a costa portuguesa, mas com particular incidência no norte do país, a sementeira de pinheiros e a sua plantação nos areais e zonas circunvizinhas com o objectivo de criar, dessa forma, uma barreira vegetal que impedisse o avanço das areias e a consequente esterilização dos terrenos lavrados. Nessa época verificavam-se ciclicamente fenómenos de avanço das areias, que chegaram a soterrar pequenos povoados. A escolha do pinheiro selvagem explica-se pela capacidade de adaptação desta árvore aos terrenos siliciosos marítimos e à resistência à humidade atmosférica e à salinidade.

Com o passar dos anos, esta plantação massiva deu frutos, contribuindo para estabilizar os cordões dunares (primários e secundários), que passaram a ser zonas arborizadas, propiciando o desenvolvimento da agricultura na sua orla. Dessa forma, criou-se uma base de sustentação biogeográfica, variada em recursos, que propiciou a fixação das populações, criando-se um verdadeiro sistema de uso humano harmonioso e ajustado às condições ambientais daqueles territórios.

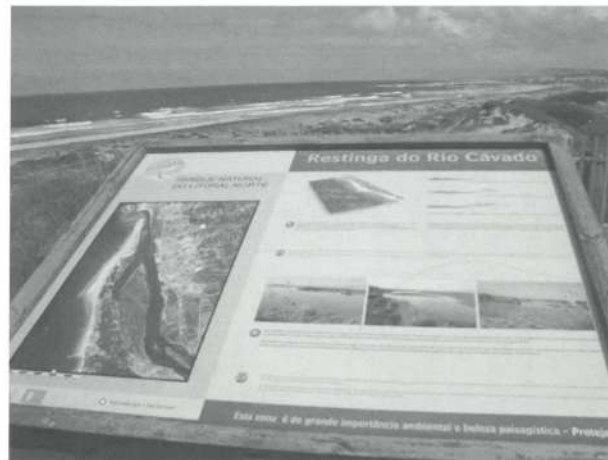


De facto, ao longo de gerações foi-se criando um sistema de usos e frequência do sistema dunar ajustado à sua vulnerabilidade.

Este sistema manteve-se estável até à década de 1970, época em que começou o despertar para o potencial turístico destes locais. Rapidamente a vocação turística, no seu sentido mais clássico, foi ultrapassada pela construção de um número crescente de unidades de habitação. Inicialmente este fenómeno foi circunscrito a determinadas localizações. Contudo, a procura exerceu os seus efeitos inexoráveis, e os lucros proporcionados pela actividade imobiliária fizeram o resto. Começou a construir-se cada vez mais perto do mar, mesmo nas zonas mais sensíveis.

Estas novas áreas residenciais, sempre sobredimensionadas e ambientalmente desequilibradas não levaram em conta aquilo que já se sabia sobre as alterações na dinâmica do litoral e da importância de manter intacto o sistema dunar, no qual se incluem os pinhais adjacentes.

Na verdade, desde os finais da década de 1970 que já estavam sinalizados os sintomas da erosão costeira. Na Bretanha (França), por exemplo, desde 1977 que vinha sendo aplicada uma metodologia de ordenamento do território destinado a salvar falésias, estuários e praias, através da aplicação do princípio de RAPPE, segundo o qual 1/3 do território das



zonas classificadas como turísticas tinha que permanecer em "estado selvagem". Tendo em conta que se tratam de zonas turísticas, e não apenas de zonas de valor ecológico relevante, tratou-se de uma proposta draconiana, mas vista como fundamental, ao ponto de, em 1980, ter sido proposto que a salvaguarda das dunas arenosas costeiras passasse pela observância, por parte das estruturas turísticas, de um índice igual a 1,5 turista/ha/ano.

Entre nós este problema foi praticamente ignorado verificando-se uma progressiva aproximação das construções da linha da costa atlântica, de que as "Torres de Ofir" são um exemplo extremo. Este tipo de edificações não teve em conta a dinâmica natural do meio em que se inseriam, nem as especificidades dos fenómenos que aí ocorrem, especialmente no que toca aos movimentos das cristas das dunas. Ao reduzir, e mesmo eliminar, o equilíbrio natural das formações dunares, estes empreendimentos retiraram ao nosso sistema de praias costeiras a capacidade de se modelar ao impacto do avanço do mar, e da diminuição de outras fontes de alimentação de areia. Não só se perdeu capacidade de recuperação, como se degradou irreversivelmente este sistema natural.

Também a ocupação de áreas de pinhal criou problemas. Embora o papel histórico de zona de transição tenha vindo a perder relevância, devido ao abandono de vastas zonas agrícolas



e às novas técnicas de plantio que dependem menos dos equilíbrios "naturais", a razia de pinheiros, através da abertura de clareiras, ou mesmo a sua diminuição significativa, mediante o abate selectivo destinado a abrir espaço para introduzir edifícios, traduz-se numa degradação irreversível deste sistema natural e na consequente instabilidade do cordão dunar secundário. A consequência, a médio prazo, será a de tornar necessárias intervenções correctivas que compensem a impermeabilização do solo e a falta de um coberto vegetal estabilizador.

Ou seja, enquanto actualmente temos um investimento público orientado para a recuperação das praias e zonas adjacentes, a médio prazo poderemos ser confrontados com a necessidade de equacionar intervenções em áreas muito mais vastas.

Perante isto, a reclamação de um planeamento territorial ecologicamente sustentado não é uma fantasia, mas antes uma evidência. De facto, um "modelo de desenvolvimento" apoiado na ocupação imobiliária da zona agro-marítima, ao não comportar uma integração ambiental e paisagística degrada irreversivelmente este sistema natural, provocando a sua extinção. Dai que o turismo, com predominância da segunda habitação, não possa ser considerado como uma actividade não poluente e, por conseguinte, o impacto ecológico desta actividade seja uma das grandes preocupações actuais.



O Oráculo Nacional

por José Felgueiras

Ficou célebre, em toda a História, o oráculo de Delfos, na Grécia Antiga, local sagrado e centro de peregrinação anual de consulta aos deuses do Olimpo. Os primitivos romanos, os etruscos, estudavam o fígado das aves e o voo destas, para o mesmo fim. Os portugueses, fiéis depositários de tão singulares como nobres tradições, ainda hoje são uns ases a pedinchar a intercessão de santos e de Deus, nomeadamente através de sua mãe, indo cerimoniosamente ou não várias vezes por ano a Fátima, orada de renome mundial. Interesseiros e desconfiados por natureza, também nestas coisas exageram um bocadito, mas somos assim... Até a própria corte celestial, que já nos conhece de ginjeira, nos liga nenhuma, pois, vai-se acomodando e tolerando tão convicta desfaçatez, sabendo que damos como adquirido e garantidamente, o reino dos céus, tão bem aventurados que somos de pobreza de espírito... Mas essa é a turba ignara, a grande parte do chamado "Zé Pagode", que tanto quer o TGV, como logo o troca por uma viagem de camioneta às Grutas da Serra D'Aire.

Basta um sinal, para mudar de agulha...

Felizmente que, em compensação deste défice de falta de vergonha e de respeito para com os valores da alma, temos uma série de "Dalai-Lamas" na capital, capazes de interpretarem em directo a "voz do povo", logo a "vox-Dei". Levam a vida a reflectir no nosso quotidiano carregado de desemprego, na subida dos bens, do preço do petróleo "Brent", nas ponderosas razões porque o Carvalho da Silva não assinou o "pacto" e da intenções do Bloco e da CGTP, do tratado de Lisboa, do Roberto Mugabe e das eleições no Zimbabué...

São sobejas as provas de que temos evoluído

muito, mesmo muito, quanto ao perfil de mediáticos intermediários, entre nós e a Dr.^a Manuela Ferreira Leite, de cuja interpretação mediúnica do discurso do acto da sua eleição, depende o futuro de todos nós, quanto mais as minudências da construção do novo aeroporto, do TGV, da barragem do Sabor, ou a tão almejada conquista da medalha de ouro na corrida de sacos, pela primeira vez integrada nos Jogos Olímpicos de Pequim.

Nisso somos do que há de mais avançado na Europa dos 15 ou dos 27, quiçá, no Mundo. Sempre atentos ao que se passa na cassa dos outros, opinantes e preopinantes, rasgamos novas fronteiras no comentário político: os nossos gurús mediáticos, sabiam tudo sobre o Sadam, sabem tudo sobre o Bin Laden, o médio oriente e a faixa de Gaza; a Guatemala ou o Cazaquistão. Sobre as FARC ou sobre a insolência de Chavez para com o Rei de Espanha. Têm soluções para tudo. Ouçam (e vejam) o Sr. Nuno Rogeiro, o Pacheco Pereira, o Sousa Tavares, o Sr. "Polido" Valente, os directores - comentadores dos jornais de Lisboa e claro, a D. Manuela Guedes-Moniz ou o Moita Flores; e ficam a perceber como se faz jornalismo de "malhão", onde a eira preferida é o Governo da Nação e o "malhado" o 1.^a Ministro.

Mas há um, o reverenciado Professor (não dos indignados das manifestações...) que os bate a todos, o Professor - Maravilha, um prodígio oriundo das elites governativas e intelectuais de Lisboa, que se habitasse no Olimpo, era de certeza o Zeus, ou no mínimo filho dele.

É o oráculo de muitos bons portugueses, que religiosamente aos Domingos, depois do Telejornal e antes dos "Gatos Malcheirosos"



ou dos prés - históricos "Contemporâneos", representantes máximos do deslumbramento "humorístico" nacional, esperam ouvir o que vai na mente de alguns dos mais irrequietos deuses caseiros, através de perguntas, já combinadas com antecedência, que uma "vestal", transformada em flor, que não uma rosa propriamente, lhe coloca.

Aí, de cima do seu cadeirão, eis que o Sumo-sacerdote desce á secretária, momento em que abre a "aula" e poisa o relógio.

Comenta e sentencia tudo. E sobre tudo: Política nacional, internacional, regional, futebol, astronomia, filosofia, economia, golfe, ténis, escultura, pintura, panificação, agricultura, cunicultura, gastronomia, sobre a qualidade do gado ovino, caprino e lanígero; sobre as forças armadas de terra, mar e ar, sobre o Alqueva e o lince da Malcata, sobre o Porto vinhateiro, sobre as romarias da Sr.^a da Agonia e do S.João de Braga, de Celorico, etc., etc., etc. É obra!....

Fala das eleições do Zimbabué como se lá estivesse. Fala das primárias americanas, como se andasse lá no meio. Diz o que os jornais dizem. É (!) fã do Obama, mas acha que a

Sr.^a Clinton lhe vai roer a corda...

Atira com o nome do Figo, para seleccionador nacional.... Se a coisa tivesse pegado, era a consagração universal, assim uma espécie do que os espanhóis fizeram ao Aragonês, o seleccionador campeão, mas às vezes, os deuses menores, gostam de gozar com os "peões de brega" dos seus superiores e como sargentos lá do sítio, trocam as voltas aos comandantes...!

Como tal não aconteceu, lá "pediu" desculpa... Como quem come um "trigo"...

Não acertou... paciência! Ele não está ali para "acertar" em tudo... Ele só é bom a "acertar" nalguns "compagnons de route", naqueles que até já

elogiou.... Suprema ironia...ou desfaçatez!

É um regalo vê-lo a falar sobre aqueles calhamaços todos, dos quais deve ter lido aquele bocadinho da contra capa, onde vem a descrição do editor. Mesmo essa, em "diagonal"... Autêntico "rei das limas"... Quando chegou ao livro sobre a vida do "Menino de ouro do PS", leia-se José Sócrates, lá foi dizendo que era "uma pintura a ouro e a azul" do 1.^o Ministro... Sibilino. Intelectual. Soberbo!

Professoral! Como nós basbaques incultos, gostamos de ouvir...

Não dorme, ao que se diz. Não sei se come. Banho, parece que toma, pelo menos no mar... Um verdadeiro asceta, um "judoca" mental que mantém formas peculiares de perscrutar o que vai na mente de alguns deuses da praça e se possível dar-lhes a chamada "volta".

Provavelmente não se trata de desonestidade intelectual, é mais um exercício de "Yoga"...

Coisa que o "nobre povo" admira de sorriso rasgado e chinelo no pé, refastelado no sofá roto, cuja dureza do assento o impede de abanar a cauda... dando graças aos céus pelo privilégio de ouvirem tamanha sumidade.

E ainda dizem que somos atrasados!